



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER

### Comissão de Justiça e Redação

**Matéria:** Projeto de Lei nº 145/2019.

**Data:** 08 de Outubro de 2019.

**Autoria:** Poder Legislativo.

**Súmula:** "CONCEDE TRATAMENTO PRIORITÁRIO NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM TRÂMITE OU A TRAMITAR PERANTE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO PARA PESSOAS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 (SESSENTA) ANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

#### 1. RELATÓRIO

A matéria em análise trata-se de Projeto de Lei do Legislativo nº 145/2019, de autoria do Vereador Márcio Beraldo, cuja súmula "concede tratamento prioritário nos processos administrativos em trâmite ou a tramitar perante a prefeitura do Município de Campo Largo para pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos."

O presente Projeto de Lei apresenta em sua justificativa a importância do atendimento prioritário para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, na tramitação dos processos administrativos na Prefeitura Municipal. Muitas vezes, a pessoa idosa não tem condições de aguardar longos períodos até o final do processo e assim de certa forma sofrem o desamparo processual.

É o sucinto relatório.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## 2. DO PARECER

A matéria é de competência destas comissões para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 40, inciso III da Lei Orgânica do Município e artigo 42 e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal no art. 30, inciso II da Constituição Federal, em que o Município tem competência para suplementar a legislação federal (Estatuto do Idoso - Lei Federal 10.741/2003) e assim garantir prioridade na tramitação de procedimentos administrativos para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Vejamos:

*Art. 30. Compete aos Municípios*

*I – legislar em assuntos de interesse local;*

***II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;***

*(...)*

É determinado, na Lei Federal 10.741/2003, que a pessoa idosa tenha prioridade na tramitação de processos judiciais, conforme o art. 71º da referida Lei, sendo que o Presente Projeto pretende conceder tratamento prioritário em processos administrativos perante a Prefeitura.

O tratamento prioritário refere-se à prática de todos e quaisquer atos de diligências procedimentais, desde distribuição até publicação na imprensa oficial, intimações e procedimentos administrativos.

Vale ressaltar que o Projeto ainda não importará em aumento de despesa e serão os próprios servidores públicos já existentes nos departamentos que analisarão e concederão conforme o atendimento



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

dos requisitos, o atendimento prioritário, não alterando em nada competências ou atribuições das Secretarias Municipais.

A proposição ainda apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, o projeto se encontra juridicamente apto para tramitação nesta Casa de Leis.

### 3. CONCLUSÃO

Expostas as razões, verifica-se que o Projeto nº 145/2019 está amparado na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa de Leis, **DEVENDO PARA TANTO SER ACOLHIDO.**

Por isso, vota-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 08 de Outubro de 2019.

### RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

#### Parecer da Comissão de Justiça

As Comissões em reunião realizada no dia 08 de Outubro de 2019, opinaram pela constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa e, no mérito, opinam pela aprovação do Projeto de Lei nº 145/2019.

Sala das Comissões, 08 de Outubro de 2019.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**ELISABETE DAMACENO**

Presidente

**GIOVANI MARCON**

Relator

**BENTO VIDAL**

Membro